



Anais da Assembléia

Nº 165

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 1979

ANO V

1a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA
ATA DA 157.^a SESSÃO ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1.979
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Trajano Bastos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N.º 183/79

Curitiba, 12 de dezembro de 1.979.

Sr. Presidente.

Em atenção ao contido no Ofício n.º 1557/79, datado de 11 do corrente mês, dessa Presidência, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação durante o atual período de convocação extraordinária dessa augusta Casa de Leis, o anexo anteprojeto de lei que dispõe sobre a reestruturação do Quadro de Pessoal desse Poder Legislativo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o — Os cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado passam a ser estruturados nas séries de classes cuja classificação, nível, linhas de acesso, bem como grupos ocupacionais a que pertencem, são os definidos nos anexos I e II da presente lei.

Art. 2.^o — Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa são os constantes do anexo III.

Parágrafo único. Mediante Decreto, a Mesa Executiva

baixará a tabela de vencimentos decorrente da aplicação do art. 1.^o, da Lei 7.258, de 30 de novembro de 1.979.

Art. 3.^o — Os atuais cargos de provimento efetivo da Assembléia Legislativa, ficam transformados na forma prevista no anexo IV.

Art. 4.^o — Os atuais ocupantes dos Cargos de Consultor Legislativo e Secretário de Comissão serão enquadrados, respectivamente, como Consultor Legislativo A-Código AL 101-1 e Assistente Legislativo A - Código AL-102-3.

§ 1.^o — Para os efeitos deste artigo, os dez (10) primeiros cargos de Consultor Legislativo A e os primeiros vinte (20) cargos de Assistente Legislativo A, que vagarem serão automaticamente extintos.

§ 2.^o — Os cargos de Consultor Legislativo B e de Assistente Legislativo C e B, previstos no Anexo I, somente poderão ser preenchidos após a extinção de pelo menos metade dos cargos mencionados no parágrafo anterior.

Art. 5.^o — Os Cargos de Direção constantes no anexo IV, da Lei n.º 7.098, de 08 de janeiro de 1.979, são privativos de funcionários efetivos do Poder Legislativo portadores de diploma de nível superior.

Art. 6.^o — Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa os seguintes cargos do provimento em comissão:

- a) 1 (um) cargo de Consultor Jurídico, símbolo DAS-5 a ser preenchido dentre os funcionários ocupantes do Cargo de Consultor Legislativo, inscritos na O.A.B.
- b) 2 (dois) cargos de Assistente de Gabinete, símbolo 1-C, da Presidência e da 1a. Secretaria.
- c) 2 (dois) cargos de Analista de Sistema, símbolo 3-C, a serem preenchidos por funcionários pertencentes ao Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.
- d) 1 (um) cargo de Chefe do Cerimonial, símbolo 3-C.
- e) 58 (cinquenta e oito) cargos de Assessor Parlamentar, símbolo 6-C.

Parágrafo único. Os cargos previstos nas alíneas "b", "c" e "d" são privativos de funcionários do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Art. 7.^o — O cargo em comissão de Assessor Jurídico do Departamento de Finanças, símbolo DAS-5, fica transformado em cargo de Sub-Tesoureiro, com a mesma simbologia.

Art. 8.^o — A Comissão Executiva dentro de 90 (noventa) dias promoverá por Decreto Legislativo, o enquadramento dos funcionários efetivos do Quadro na sistemática ora instituída, na forma indicada no Anexo IV, assim como reestruturará os serviços administrativos da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Parágrafo único. As especificações de classes, compreendendo qualificações, atribuições e responsabilidades dos ocupantes dos cargos constantes dos anexos I e II, serão definidos e estabelecidos por Decreto Legislativo.

Art. 9.^o — Aos ocupantes dos cargos pertencentes ao Grupo Ocupacional Universitário AL-100, aplica-se o benefício decorrente das Leis n.ºs 6.593, de 15 de agosto de 1.974, e 6.641 de 04 de dezembro de 1.974, em valor equivalente ao atribuído, pelas referidas leis, aos Advogados e Médicos do Poder Legislativo.

Art. 10 — O acesso de uma para outra série de classes será feito mediante processo seletivo interno, de provas e títulos, de caráter competitivo, a ser regulamentada por Decreto, respeitada a habilitação profissional exigida entre funcionários integrantes do Quadro Próprio da Assembléia.

Art. 11. O cargo de provimento efetivo de Médico, da Parte Suplementar, enquadrado no Código AL 105-4, será extinto quando vagar.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de cruzeiros), para atender aos encargos resultantes da

presente lei, usando, como recursos para sua cobertura quaisquer das formas previstas no Art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL: UNIVERSITÁRIO AL-100

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL – DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR

Código/Nível	Série de Classes	Acesso	Nº de Cargos
AL 101.1	Consultor Legislativo -A	—	8
AL 101.2	Consultor Legislativo-B	—	6
AL 102-3	Assistente Legislativo-A	Consultor Legislativo B	5
AL 102-3	Assistente Legislativo-B	—	5
AL 102-5	Assistente Legislativo-C	—	5
AL 103-6	Assessor Técnico Legisl.-A	Assistente Legislativo C	29
AL 103.7	Assessor Técnico Legisl.-B	—	41
SL 103-8	Assessor Técnico Legisl.-C	—	50
AL 103.9	Assessor Técnico Legisl.-D	—	11
AL 104.9	Bibliotecário	Assessor Téc. Legislat.-C	1
AL 105.4	Médico (art.11)	—	1
AL 106.5	Assessor de Plenário	Assistente Legislativo-B	1

ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO – AL – 200

CÓDIGO/NÍVEL	SÉRIE DE CLASSES	ACESSO	Nº DE CARGOS
AL 201.10	Taquígrafo – A	–	7
AL 201.11	Taquígrafo – B	–	2
AL 201.12	Taquígrafo – C	–	1

GRUPO OCUPACIONAL: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO – AL – 300

CÓDIGO/NÍVEL	SÉRIE DE CLASSES	ACESSO	Nº DE CARGOS
AL 300.12	Oficial Legislativo – A	Assessor Téc. Legisl. D	114
AL 301.13	Oficial Legislativo – B	–	40
AL 301.14	Oficial Legislativo – C	–	63
AL 301.15	Oficial Legislativo – D	–	50
AL 302.16	Fotógrafo	–	1
AL 303.16	Laboratorista Fotográfico	–	1
AL 304.16	Cinematografista	–	1
AL 305.17	Motorista – A	–	4
AL 305.18	Motorista – B	–	4
AL 306.18	Auxiliar de Segurança	–	6
AL 307.18	Auxiliar de Serviços Gerais	–	6

TRANSFORMAÇÃO DOS CARGOS DA PARTE PERMANENTE
DO QUADRO DA A.L.E. - PR, A QUE SE REFERE
O ARTIGO 3º

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
NÍVEL	Nº CARGOS	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO/ NÍVEL	Nº CARGOS	DENOMINAÇÃO
—	22	Consultor Legislativo	AL 101.1	18	Consultor Legislativo – A
—	—	Consultor Legislativo	AL 101.2	6	Consultor Legislativo – B
—	26	Secretário de Comissão	AL 102.3	25	Assistente Legislativo – A
—	—	—	AL 102.4	5	Assistente Legislativo – B
—	—	—	AL 102.5	5	Assistente Legislativo – C
—	1	Secretário de Comissão	AL 106.5	1	Assessor de Plenário
PL-30	18 09 02	Advogado Auxiliar Técnico Médico	AL 103.6	29	Assessor Téc. Legislativo - A
PL-29	01 01 01 01 02 08	Contador Economista Dentista Médico Auxiliar Técnico Advogado	AL 103.7	41	Asses. Téc. Legislativo - B
PL-28	01 02 01 14 01 02 01 05	Técnico em Administração Contador Dentista Advogado Redator Economista Médico Auxiliar Técnico			
PL-27	01 01 02 02 01 02 11	Técnico em Administração Redator Contador Economista Médico Auxiliar Técnico Advogado	AL 103.8	50	Asses. Téc. Legislativo - C
PL-26	01 05 01 02 03 02 16	Técnico em Administração Redator Contador Economista Médico Auxiliar Técnico Advogado			
PL-25	01 01 02 04	Técnico em Administração Redator Economista Auxiliar Técnico	AL 103.9	11	Asses. Téc. Legislativo - D
PL-24	01	Redator			

TRANSFORMAÇÃO DOS CARGOS DA PARTE PERMANENTE
DO QUADRO DA A.L.E. - PR, A QUE SE REFERE
O ARTIGO 3.º

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO/ NÍVEL	Nº CARGOS	DENOMINAÇÃO
—	01	Consultor Legislativo	AL 104.9	1	Bibliotecário
—	01	Médico	AL 105.4	1	Médico
PL-26	06	Taquígrafo	AL 201.10	7	Taquígrafo - A
PL-25	01	Taquígrafo	AL 201.11	2	Taquígrafo - B
PL-24	01	Taquígrafo			
PL-23	01	Taquígrafo	AL.201.12	1	Taquígrafo - C
PL-22	01	Taquígrafo			
PL-23	05	Contabilista	AL 301.12	114	Oficial Legislativo - A
PL-23	02	Oficial de Administr.			
PL-23	21	Oficial de Serv. Gerais			
PL -23	44	Oficial Legislativo			
PL-22	02	Contabilista	AL 301.13	40	Oficial Legislativo - B
PL-22	08	Oficial de Administr.			
PL-22	06	Oficial de Serv. Gerais			
PL-22	05	Oficial Legislativo			
PL-21	01	Contabilista			
PL-21	08	Oficial de Administr.			
PL-21	05	Oficial de Serv. Gerais			
PL-21	05	Oficial Legislativo			
PL-20	02	Contabilista	AL 301.14	63	Oficial Legislativo - C
PL-20	10	Oficial de Administr.			
PL-20	06	Oficial de Serv. Gerais			
PL-20	06	Oficial Legislativo			
PL-19	01	Contabilista			
PL-19	14	Oficial de Administr.			
PL-19	15	Oficial de Serv. Gerais			
PL-19	09	Oficial Legislativo			
PL-18	10	Oficial de Administr.	AL 301.15	50	Oficial Legislativo - D
PL-18	10	Oficial de Serv. Gerais			
PL-18	11	Oficial Legislativo			
PL-17	08	Escriturário			
PL-17	06	Auxiliar Legislativo			
PL-17	05	Aux. de Serv. Gerais			
PL-16	07	Escriturário	AL 302.16	1	Fotógrafo
PL-16	07	Auxiliar Legislativo	AL 303.16	1	Laboratorista Fotográfico
PL-16	07	Aux. de Serv. Gerais	AL 304.16	1	Cinematografista
PL-15	04	Escriturário	AL 305.17	4	Motorista - A
			AL 305.18	4	Motorista - B
			AL 306.18	6	Aux. de Segurança
PL-15	10	Aux. de Serv. Gerais	AL 307.18	6	Aux. de Serv. Gerais

ANEXO III
VENCIMENTOS

TABELA DE CARGOS EFETIVOS

NÍVEL	VALOR
18	Cr\$ 4.340,00
17	Cr\$ 4.728,00
16	Cr\$ 5.150,00
15	Cr\$ 5.611,00
14	Cr\$ 6.278,00
13	Cr\$ 6.858,00
12	Cr\$ 7.530,00
11	Cr\$ 8.200,00
10	Cr\$ 9.000,00
9	Cr\$ 9.709,00
8	Cr\$ 10.663,00
7	Cr\$ 11.710,00
6	Cr\$ 12.860,00
5	Cr\$ 14.124,00
4	Cr\$ 15.511,00
3	Cr\$ 18.101,00
2	Cf\$ 18.597,00
1	Cr\$ 20.872,00

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios

Sob o nº 208/79, do Senhor Antônio Pineli, Presidente da Câmara Municipal de Mandaguaiçu, solidária com a congênere do Município de Mauá, Estado de São Paulo, quanto à Moção nº 02/79, daquele Órgão Legislativo e demais Pares desta Casa Legislativa, no sentido de que intercedam junto aos canais competentes para se dar fim às taxas de ingresso ou expediente às nossas escolas, reduzir as mensalidades ou então, que se faça uma reforma geral no setor educacional visando com esta atitude dar condições aos nossos co-irmãos de poderem estudar e se formar. **Ciente. Arquivo-se.**

Sob o nº 14/79, do Senhor Bel. José João Zanotti, Presidente da Câmara Municipal de Assis Estado de São Paulo, encaminhando requerimento nº 53/79, de autoria do Vereador Milton Rocha e outros, aprovado por aquela Edilidade, solicitando todo o empenho no sentido da instalação do Curso de Oficial de Farmácia. **Ciente. Arquivo-se.**

Sob o nº 738-A/79, do Senhor Luiz Antônio Cirino Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, no qual encaminha cópia da Indicação nº 286/79, de iniciativa dos Vereadores Mário Gardelin e Valter Susin, da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, solicitando alteração da Legislação sobre presença de capital estrangeiro em supermercados. **Ciente. Arquivo-se.**

Requerimentos:**REQUERIMENTOS**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor GUERINO PARISOTO, ocorrido na cidade de Bituruna.

O extinto, pertencia à tradicional família daquela cidade e deixa enorme consternação em toda região, pois, além da exemplar vida familiar que levava, exercia atividades industriais com honestidade e humanidade, tendo por isso granjeado a simpatia de toda a sociedade biturunense.

Sua existência destacava-se ainda por seu elevado espírito humanitário, estando sempre presente nos movimentos voltados para a solução dos problemas sociais locais, participando ativamente em todas as ocasiões.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, em Bituruna.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1979.

(a) Domício Scaramella.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa, da carta-pronunciamento em anexo.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1979

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Quero desta tribuna saudar a CELEPAR — Companhia de Processamento de Dados do Paraná, pelo seu décimo quinto aniversário de fundação. Empresa que, apesar de relativamente recente, já ocupa destacada posição, como uma das mais ágeis e bem montadas do País.

A CELEPAR é um órgão instrumental instituído para colaborar com o desenvolvimento sócio-econômico do Paraná, conforme disse o Governador Ney Braga em 1964, ano de fundação da Empresa. E cabe aqui lembrar o pioneirismo do Governador

Ney Braga: a CELEPAR foi, na esfera governamental, a primeira empresa do gênero criada no Brasil. O objetivo, na época da criação, era equipar a máquina administrativa de um instrumento capaz de auxiliar na gerência e processar informações vitais para a tomada de decisões.

O progresso foi rápido. Hoje, a CELEPAR presta serviços para quase todos os órgãos da administração direta e indireta. Em 1976, foi credenciada pelo Ministério da Fazenda para executar, no Paraná, o projeto CIATA. Atualmente, mais de cem municípios paranaenses recebem atendimento da Empresa. O projeto CIATA tem por finalidade estruturar os mecanismos de cadastramento de imóveis urbanos e da tributação imobiliária. E como exemplo de Arapongas. Antes da implantação da CIATA, havia 9.526 unidades imobiliárias cadastradas, com uma arrecadação de Cr\$ 3.636.000,00, já no primeiro ano de implantação do projeto, o número de unidades cadastradas subiu para 15.466 e a arrecadação para Cr\$ 15.408.000,00.

De acordo com o plano do atual Governo, a CELEPAR está interiorizando suas atividades. Instalou um escritório em Cascavel, cidade-pólo de uma região de 40 cidades que já recebem assistência da Empresa e outros serão abertos em breve.

A CELEPAR é responsável, entre outras coisas, pela folha de pagamento de cem mil servidores públicos estaduais, arrecadação de impostos, contabilidade pública, controle de cobrança de 500 mil contas da SANEPAR. Mais recentemente, montou o sistema de expedição de carteiras de identidade e atestado de antecedentes por computador, o que exigiu dois anos de pesquisas.

Em 1976, o Governo do Estado retificou as atividades da CELEPAR, criando o Sistema Estadual de Processamento de Dados. O sistema tem por finalidade definir a política de informática e processamento de dados do setor público estadual.

Este é um rápido perfil da CELEPAR. Uma Empresa que vem prestando inestimáveis serviços ao povo do Paraná. Nossas homenagens aos seus funcionários, aos ex-diretores e aos atuais, nas pessoas dos senhores Orcy Stumm, Presidente; Bolívar José Wood, Diretor de Produção; Paulo Cesar Busnardo, Diretor de Desenvolvimento e João Alfredo Bley Zornig Filho, Diretor Administrativo-Financeiro.

Requeiro, nos termos regimentais, seja consignado um Voto de Congratulações à CELEPAR, pelo transcurso do seu 15º aniversário de fundação, bem como, seja cientificado do presente, o presidente da Empresa, Senhor Orcy Stumm.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1979.

(a) Airton Cordeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de regozijo, pelo transcurso do 27.º aniversário de emancipação política do Município de Francisco Beltrão.

Francisco Beltrão, graças ao trabalho ordeiro e pujante de sua nobre população, destaca-se, não apenas pelo seu desenvolvimento, dos mais expressivos, como também, como pólo de aceleração do progresso social, político, econômico e cultural de uma vasta região de nosso Sudoeste.

REQUER, ainda, dê-se ciência da decisão desta Casa de Leis ao povo beltronense, nas pessoas do Senhor Prefeito Municipal, Sr. João Batista de Arruda, e do Senhor Presidente da Câmara de Vereadores, Sr.

Amilton José Vandresen.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1979.

a) TÚLIO ZANCHET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, dispensa de publicação da Redação Final para os Projetos de Resolução n.ºs 138/79, que aprova convênio referente ao funcionamento da Rádio Estadual do Paraná; 139/79, que aprova convênio com o Município de Piraquara; 140/79, que aprova convênio com o Município de Diamante do Norte; 141/79, que aprova convênio com o Município de Nova Esperança; 142/79, que aprova convênio com o Município de Colorado; 143/79, que aprova convênio com o Município de Santo Antônio do Caiuá; 144/79, que aprova convênio com o Município de Araruna; 145/79, que aprova convênio com o Município de Querência do Norte; 146/79, que aprova Termo de Alteração Parcial ao convênio n.º 12/76; 147/79, que aprova convênio com o Município de Londrina; 148/79, que aprova convênio com o Município de Londrina; 149/79, que aprova convênio com o Município de Itaguajé; 150/79, que aprova Termo de Renovação com o Município de Foz do Iguaçu; 151/79, que aprova convênio com a Fundação Projeto Rondon; 152/79, que aprova convênio com o Município de Uniflor.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1979.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Secretário de Interior Sr. RENATO ANTÔNIO JOHNSSON para instalação da Rede de Abastecimento de Água no Distrito de Santa Rita do Oeste, Município de Terra Roxa.

A presente solicitação se faz visando atender aos reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1979.

a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, Sr. LUIZ ROBERTO SOARES, para construção de módulos esportivos no Município de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1979.

a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se à necessidade veemente da juventude daquele município de desenvolver atividades esportivas, sendo que o Município de Terra Roxa conta atualmente com uma população superior a 70 mil habitantes dos quais 60% atravessando faixa etária na qual a prática desportiva é fundamental, sendo ainda sabedor que esta Secretaria tem implantado os módulos: esportivos em grande número de municípios deste Estado, como o município ora citado encontra-se dentre os mais desenvolvidos e progressistas sendo um dos produtores de soja proporcionando ao nosso Estado, motivo de orgulho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Senhor Secretário de Interior Sr. RENATO ANTÔNIO

JOHNSSON e ao Presidente da TELEPAR, Sr. GILBERTO GERALDO BARGI, no sentido da instalação de um monocal telefônico na denominada Vila Guarani, localizado no Município de Terra Roxa.

Tal solicitação prende-se ao fato da instalação do porto de areia e implantação do núcleo residencial da ELETROSUL, em Vila Guarani.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1979.

a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo às formalidades legais e regimentais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, solicitando a imediata revogação da Portaria n.º 190, do Ministério da Agricultura, que impede os laboratórios brasileiros de produzirem a Vacina Cristal Violeta, preventiva da peste suína no País.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1979.

a) NELTON FRIEDRICH

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 209/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Cachoeira, no Município de São José dos Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas: inicia no rio Iguaçu, na foz do rio Miringuava. Desce pelo rio Iguaçu até cruzar a Rodovia Municipal NX-421 e segue por esta até a Rodovia XN-004, e, por esta, até cruzar com a Rodovia Municipal NX-306, seguindo até a Rodovia NX-423 e, por esta, até a Rodovia NX-106, daí seguindo até cruzar com a Rodovia NX-416 e, por esta, até a Rodovia NX-003. Segue pela Rodovia NX-003 até a ponte sobre o rio Miringuava-Mirim, descendo por este até a sua desembocadura no Rio Miringuava, daí descendo até sua foz no Rio Iguaçu, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1979.

a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O Município de São José dos Pinhais, integrante da Região Metropolitana de Curitiba, vem representando um surto de desenvolvimento dos mais acentuados. Quer no setor econômico, social, cultural e administrativo, o seu crescimento está a exigir maior dinamismo para que não haja solução de continuidade nesse crescimento. Com isso, a Câmara Municipal local houve por bem aprovar o Decreto Legislativo n.º 01/77, fotocópia anexa, autorizando o Chefe do Poder Executivo Municipal a representar esta Casa de Leis, solicitando a criação do Distrito Administrativo de Cachoeira.

Tal representação vai ao encontro dos anseios da população da localidade de Cachoeira que está a reivindicar melhores atenções face ao desenvolvimento alcançado à custa de grande trabalho.

Nestas condições, apresento o presente projeto de lei que, espero, conte com o apoio e a aprovação dos Senhores Deputados com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet, inscrito.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Em tempos não muito distantes, uma das regiões de nosso Estado era motivo de preocupações das maiores, até

mesmo no âmbito nacional. Conflitos de terras, violentos mesmos, faziam com que esta parte do Paraná fosse manchete quotidiana na imprensa brasileira. A insegurança era uma constante a brechar o desenvolvimento de uma região das mais promissoras do Estado.

Estamos nos referindo ao Sudoeste do Paraná.

E é com redobrado entusiasmo que nos referimos ao Sudoeste. Não só por sermos, com orgulho, um dos representantes da região nesta Casa de Leis. Não só pelo fato de, também termos sido um dos pioneiros a acreditar naquele quase esquecido rincão paranaense. Mas, e principalmente, pelo fato de hoje contemplarmos a realidade de um sudoeste operoso, cada vez mais pujante fazendo se ouvir nas esferas dos altos escalões governamentais e, em particular, pela harmoniosa paz — que somada ao trabalho incansável de sua gente — faz de sua história um caminho a ser seguido por muitas outras regiões ainda a serem desbravadas neste País continente.

No universo dos prósperos municípios sudoestinos, destacamos hoje, em particular, Francisco Beltrão e, por um motivo muito especial: amanhã comemora seu 27.º aniversário de emancipação política.

São apenas 27 anos. Mas, aqui, o tempo não conta. Quem hoje visita Francisco Beltrão e não é conhecedor de sua história não acreditaria nos seus 27 anos. E não é para menos. De fato, neste curto espaço de tempo, Beltrão distanciou-se da infância, superou a adolescência, apressou a mocidade e, com a idade em que muitos municípios apenas pensam em ser, Beltrão já é uma realidade adulta no cenário paranaense.

Pelo desenvolvimento econômico, social, político e cultural, Francisco Beltrão irradia por toda sua vasta área de influência um contagiante progresso.

Município detentor de uma suinocultura do mais alto padrão técnico e grande produtor de soja, trigo, milho e feijão, já é também, centro de um promissor pólo industrial que, temos certeza, logo ampliará muito mais a já importante economia sudoestina.

Dotado de modernos estabelecimentos de ensino, inclusive com escolas de nível superior, Beltrão também já é centro de nível educacional dos mais adiantados. Entre outras, apenas a existência de duas rádios e dois jornais, são testemunhas de sua pujança cultural.

No plano esportivo, dentre as centenas de cidades de nosso Estado, Francisco Beltrão ocupa, a partir deste ano, o seu devido lugar, com a ascensão do Esporte Clube União à divisão especial do futebol paranaense, privilégio de poucos municípios do Paraná.

Beltrão é retrato do momento paranaense. Tornou-se um município-líder em pouco tempo, seguindo os passos do Estado de que faz parte e que, em alguns anos de acelerado progresso, firmou-se definitivamente, granjeando o merecido respeito em termos nacionais.

Francisco Beltrão é exemplo de passado, exemplo de presente e, temos certeza, será — e já está sendo — exemplo de futuro.

Convidamos, desta tribuna, os paranaenses e em particular os nobres Deputados, a visitar o município aniversariante. Vale a pena, podem crer, pois, verão de perto a nova realidade do Sudoeste do Paraná. Com uma vasta programação que se estenderá de 13 a 16 do corrente, incluindo solenidades cívicas, culturais, desportivas e um extenso elenco de inaugurações, fruto de uma profícua administração municipal. Beltrão sentir-se-á honrada com vossas presenças.

Importantes obras serão entregues à população, tais como, entre inúmeras outras, a do Escritório Regional da RADIPAR para o Sudoeste do Paraná; a sede da AMSOP; a praça Paul Harrys e a escola para excepcionais. Realizações de vulto, que falam de perto do trabalho desenvolvido pelo Prefeito João Batista Arruda à frente do Executivo Municipal.

Estamos enviando hoje, um requerimento solicitar do um voto de regozijo pela passagem do 27.º aniversário de Beltrão.

Aproveitamos o momento para agradecer, em nome dos beltronenses, à administração estadual por tudo que já foi realizado por Beltrão. Pelo que foi e está sendo realizado. Sim, pois Beltrão continua sendo prestigiada pelos altos escalões estaduais e federais. Prova disto foi a assinatura, ante-ontem, de convênio que carreará recursos do BNH, através do projeto CURA, inicialmente da ordem de 86 milhões de cruzeiros.

Este convênio assinado pelo Governador Ney Braga e pelo Prefeito João Batista de Arruda, servirá para melhorias no sistema viário — com pavimentação de cerca de 30 km de novas ruas, iluminação e serviços públicos, galerias de águas pluviais e obras para recreação, incluindo cinco novas praças públicas.

Falar do Sudoeste e em particular de Francisco Beltrão nos entusiasma e gostaríamos de continuar. A exiguidade do tempo entretanto, nos obriga a parar, não sem vontade, renovar nossos convites às comemorações do 27.º aniversário de Francisco Beltrão. Contamos com vossas presenças. Francisco Beltrão, sem falsa modéstia, merece, e ficará honrada com a presença do Senhor Presidente e dos Senhores Deputados."

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Lemos uma manchete no jornal "O Estado do Paraná" órgão que nos merece respeito profundo e a manchete é a seguinte: "Doze do MDB já fecham com Ney". Uma foto do Governador ao lado do Vereador, com esta legenda: "O Vereador de Londrina, levou seu apoio a Ney Braga e disse que os doze componentes da bancada do MDB na Câmara, também estão com o Partido do João.

No corpo da matéria da primeira página, o Vereador do MDB de Londrina esteve ontem com o Governador Ney Braga comunicando que doze companheiros da Câmara estão prontos a ingressar no Partido do Governo, no Partido Democrático". Aqui, realmente, a notícia está correta. O que estranha, efetivamente, é a manchete: "Doze do MDB já fecham com Ney" e baseado nessa manchete é que a gente, dada a confiança que temos nos Vereadores do Movimento Democrático Brasileiro de Londrina, é que gostaríamos de que o jornal "O Estado do Paraná" pudesse colocar a verdade acima de tudo.

No corpo da matéria entendemos, mas a manchete e a foto com a legenda, realmente é de estranhar. Nós sabemos que três vereadores do MDB de Londrina, estariam em negociações com o futuro Partido Democrático. Agora, se incluindo doze, é toda a bancada do MDB, inclusive o Presidente, José Luiz Del Ciel, irmão do Deputado José Antônio Del Ciel.

Na verdade, esta manchete impressiona aqueles que assinam, que lêem o jornal de penetração estadual, como é o "Estado do Paraná" e a foto também, me parece, distribuída pelo Palácio Iguazu, já que consta também em vários outros órgãos de imprensa do Paraná, no dia de hoje.

Confiamos, evidentemente, nos Vereadores autênticos do Movimento Democrático Brasileiro de Londrina, mas, na verdade, há gente usando de todos os artifícios e pressões, tentando mudar o quadro de Londrina. Entendemos que todos os contatos são válidos, porque cada um deve ter o direito de procurar o seu caminho dentro da maior liberdade, mas realmente, manchete assim, nos causa certa apreensão.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era meu propósito ocupar a tribuna, mas o faço porque também dialogava, há poucos instantes e, também demonstrava a minha profunda estranheza pela notícia publicada hoje em todos os jornais e especialmente no "O Estado do Paraná". O fato da afirmação de doze Vereadores do M.D.B. de Londrina, no Partido do João, e porque, inclusive, o Presidente é irmão do nosso companheiro, Deputado José Antônio Del Ciel. Mas o fato é que, efetivamente, a situação não é esta.

O que está havendo realmente, é uma intenção de fazer com que o Paraná veja o quadro de Londrina sob outro aspecto. Vim ontem ainda, cheguei pela manhã, de Londrina, e lá pude dialogar com sete dos nove Vereadores da bancada da ARENA. E a tendência desses Vereadores, com os sete que eu dialoguei, com exceção dos Vereadores Homero Guido e Takusshi Maeda, a tendência de todos é de vir a integrar no novo Partido Popular Brasileiro. Daí, entendo onde é que estão arrumando doze. Pode ser, porque efetivamente estão sofrendo, não pressão, pressão psicológica, não sei.

Sei que o Secretário da Saúde que ontem, enquanto eu vinha de avião de carreira, ele vinha de avião, não sei se particular ou do Estado, fretado ou não, sei como, mas a verdade é que estava se reunindo, correndo atrás de Vereadores, quer dizer, fazendo um trabalho de Saúde Pública em cima dos Vereadores de Londrina para trazê-los para o Partido do João.

Então, são fatos assim que, efetivamente, devemos estranhar, porque entendo que essas demonstrações vão, pelo contrário, esvaziar aqueles que têm a pretensão e demonstrando a força que parece que não estão tendo.

Porque Londrina quando lê isso, Londrina e o Norte quando tomarem conhecimento, isso não vai fazer com que outros possam tomar posições, porque sentiram que é uma notícia de que Vereadores de Londrina tomaram esta ou aquela posição. É que Londrina inteira sabe a história, conhece os homens que tem.

Daí então, venho à tribuna apenas para solidarizar-me à presença do Deputado Fiori Luiz à tribuna desta Casa e para dizer que isto tudo é apenas para esperar que o Estado do Paraná possa, pelo menos, trazer uma explicação melhor; talvez o Vereador que aqui esteve, do Movimento Democrático Brasileiro, não soube se explicar bem, trouxe uma informação incorreta ou talvez não tenha tido nem esta intenção, disse e não foi bem entendido, e no fim fica aí a criar uma fantasia, fantasia daquela que nós já conhecemos, fantasia normal daqueles que estão acreditando nas maiorias enquanto o povo, nós, e o interior inteiro e os Vereadores e os Prefeitos aonde tenho andado, todo mundo está esperando é a definição do projeto que está lá, se vai ser sancionado ou vetado.

Inclusive hoje, para tentar até parece que trazer uma expectativa mais dura para o político do interior, até admitindo-se que o veto seja inteiro no projeto e fique tudo como está.

Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que não vou dizer mais nada.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — A Mesa registra, com satisfação, a presença em plenário do Senador José Richa, bem como do Sr. Deputado Antônio Anibelli e do ex-Deputado Júlio Xavier.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Transcorre hoje, dia 12 de dezembro de 1979 o 20.º aniversário de falecimento do eminente homem público Abilon de Souza Naves, que pelas suas qualidades humanas, políticas, administrativas e partidárias, tornou-se um dos maiores vultos de nossa história no Paraná e no Brasil.

Esta é uma das comemorações, que se fosse possível, nunca gostaria de participar, que pelas circunstâncias que o fato doloroso nos lembra e nos recorda, principalmente a mim, que ainda muito jovem, em companhia de meu pai, tivemos o privilégio de o conhecer pessoalmente, vimos e assistimos, quando era afetiva e efetiva a sua liderança política e pessoal, e acima de tudo, o seu notável exemplo de homem público.

Por esta razão e porque ainda mantemos em nossa retina, a imagem formidável de Souza Naves, cujas idéias e princípios políticos, procuramos continuar a seguir em nossa vida pública, é que tomamos a iniciativa de homenagear sua memória, que perdurará pelos tempos afora, como bússola orientadora de nossas atividades políticas e partidárias, não apenas a nós pessoalmente, mas ficará além dos tempos, como afirmação de que o homem público pode e deve realizar o bem comum, dentro de um padrão de vida honrada e acima de interesses mesquinhos e egoísticos.

Não vamos fazer aqui, nesta oportunidade, uma apreciação aprofundada da personalidade humana de Souza Naves, pois levaríamos muito tempo se tentássemos uma análise de sua vida pública e partidária do grande líder popular e trabalhista de nosso Estado, o que seria para nós demasiada tarefa e nos perderíamos nas emoções da nossa saudade e das nossas recordações.

Nascido em Uberaba, Minas Gerais, em 22 de setembro de 1907, filho de João Naves e de Dona Delminda de Souza Naves, passou parte de sua juventude na cidade de Barretos, São Paulo, de onde veio para o Paraná. Em Curitiba, fez o curso de Contabilidade, empregando-se na época no jornal "Gazeta do Povo", matutino de nossa Capital, como expedidor, passando em seguida, no mesmo jornal, para auxiliar de publicidade e, posteriormente, fazendo parte da própria redação daquele jornal.

Em 1935 foi nomeado funcionário do IAPC como contador e, posteriormente, designado para as funções de Delegado Regional do mesmo Instituto, com jurisdição nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Em 1945 ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Paraná, onde iniciou suas atividades partidárias como o organizador dos seus fichários e arquivos, organizando igualmente toda sua contabilidade, sendo designado titular de sua Secretaria Administrativa pelo então Presidente S. Maximino Zanon, onde demonstrou não só sua capacidade de organização, como também, a sua dedicação aos princípios partidários que abraçara. Em seguida foi eleito, por unanimidade de votos, para o cargo de vice-Presidente do Diretório Regional do PTB, e dois anos depois, com a morte do Presidente, Sr. Maximino Zanon, foi conduzido à Presidência do Partido em nosso Estado. Mais tarde, pelos seus méritos foi indicado pelos companheiros a integrar o Diretório Nacional da agremiação trabalhista, em várias funções, e ultimamente, como Vice-Presidente da Comissão Executiva Nacional e Presidente em exercício várias vezes.

Souza Naves sempre foi um homem de partido, e exercia a liderança político-partidária partindo de uma visão global das coisas. Nunca pertenceu a grupos dentro do Partido e nem criou seu próprio grupo, procurando sempre, na soma das divergências pessoais e com a manutenção de diálogo com todos, preservar a unidade partidária em todas as circunstâncias.

Demonstração histórica de sua fidelidade pública aos seus ideais, foi sua corajosa atitude tomada no dia 30 de outubro de 1945, 24 horas depois da deposição, pelo movimento militarista de 29 de outubro, do então Presidente Getúlio Vargas, quando lançou o "slogan": **Ele Voltará**, e mandou imprimir milhares de cartazes azuis e os distribuiu em todo o Paraná, preconizando a volta de Getúlio Vargas ao Poder, antecipando o fato que ocorreu cinco anos após, pelo voto popular.

Em 1951 foi nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas,

Diretor da Carteira Hipotecária e logo depois, Presidente da Caixa Econômica Federal no Paraná.

Convidado pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto para colaborar com seu governo, num acordo inter-partidário com o PTB, Souza Naves, foi o fundador e o organizador da Secretaria do Trabalho e Assistência Social em nosso Estado, sendo o seu primeiro Secretário. Logo depois de algum tempo, surgindo divergências entre os dois partidos e rompida a colaboração partidária, entre o PTB e o Governo Bento M. da Rocha Neto, Souza Naves renuncia ao cargo de Secretário de Estado e volta a exercer a Presidência da Caixa Econômica Federal do Paraná.

Em 1953 é nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas, Presidente do IPASE no Brasil, onde por mais de um ano realizou notável administração.

Logo em seguida mais uma atitude varonil de Souza Naves, no dia 24 de agosto, quando da morte do Presidente Getúlio Vargas, aquele eminente líder paranaense, foi um dos primeiros, a renunciar a seu cargo de Presidente do IPASE como protesto e solidariedade ao seu Presidente e Chefe político, não aceitando o convite do Sr. Café Filho, então Presidente, para continuar à testa do IPASE. Em 1955 foi um dos coordenadores, como Presidente do PTB no Paraná e Vice-Presidente do Diretório Nacional, da chapa Juscelino - Jango, dentro da aliança PTB-PSD para a disputa das eleições Presidenciais.

Formado o novo Governo Federal, é agora o então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que manda buscar no Paraná, o Sr. Souza Naves para colaborar com seu governo, e o nomeia Diretor Geral da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.

Dois anos depois, em 1958, pela primeira vez ingressa na carreira parlamentar, e é eleito Senador da República, pelo Paraná, com a maior votação da história política paranaense, até então, fazendo mais votos que a soma dos outros dois candidatos.

Em 1959, o PTB, recorre outra vez às suas qualidades de homem público e notável administrador, e vai preparando sua candidatura ao Governo do Estado, através de eleições livres e diretas. A sua vitória era considerada absoluta e insofismável, quando a morte o encontrou, exatamente a vinte anos atrás, no dia 12 de dezembro de 1959, em plena atividade política, quando discursava, na Sociedade Morguenau, nesta Capital, numa homenagem a um colega seu do então IAPC, Sr. Aldo Scwind, que havia sido eleito para a Câmara Municipal de Curitiba.

A sua morte inesperada causou violento impacto na opinião pública paranaense e nacional, principalmente entre os assalariados, trabalhadores e o povo em geral. Naquele 12 de dezembro, os cinemas da Capital não funcionaram em suas segundas sessões; o Clube Curitibano suspendeu um baile de gala que realizaria naquele dia. A UPE - União Paranaense dos Estudantes, por decisão de sua Diretoria, Presidida pelo Acadêmico e hoje companheiro de Assembléia Legislativa Deputado Florisvaldo Palácios distribuiu nota oficial à imprensa e decretou luto por três dias afirmando: "a classe universitária e estudantil perdeu um grande amigo". A mesma consternação foi manifestada em notas oficiais das Federações, Sindicatos e associações profissionais do Paraná. Era todo um povo lamentando e chorando o desaparecimento de um líder popular e político da mais alta expressão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito mais poderia dizer sobre a personalidade de Souza Naves, sobre o significado de seu desaparecimento para todos nós; das suas últimas palavras, no seu discurso de despedida da vida terrena, quando entre outras afirmações disse: "que agradecia a Deus, pelo que tinha sido possível possuir na terra, não de bens materiais, mas de oportunidades, para distribuir com seus semelhantes, em solidariedade e amor, um pouco do muito bem, que tinha recebido e que esperava de "ter sido até ali, digno dos ensinamen-

tos que havia recebido dos seus pais, pois tinha a certeza de "ter tido a honra de sempre ter agido com dignidade e justiça, em todas as funções que desempenhou na vida pública para servir-se, apens, procurando servir aos que nele confiavam e depositavam a sua fé e esperança.

Neste final de homenagem, muito mais que as palavras do companheiro e do amigo, que ainda jovem teve o privilégio de gozar de sua amizade, no convívio de nossa família, gostaria de incorporar a este meu pronunciamento a íntegra de uma opinião, não de um seu correligionário político, de um seu seguidor, mas pelo contrário, de um jornalista de outras concepções filosóficas e até adversárias: diz o jornalista David Nasser na revista o Cruzeiro de 16 de janeiro de 1960:"

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Nobre Deputado, não gostaria de interromper uma das mais justas homenagens que o Poder Legislativo do Paraná presta, através de Vossa Excelência, na tarde de hoje.

Eu que conheci Abilon de Souza Naves e fui seu discípulo, lembro-me bem que, quando concluí meu curso de Perito Contador, em 1942, tive como primeiro mestre Abilon de Souza Naves, porque meu primeiro emprego foi, exatamente, numa firma em que esse grande cidadão era o contador responsável pelos negócios contábeis da firma.

Dali nasceu, talvez, essa simpatia que sempre tive pelo Partido Trabalhista Brasileiro, embora nele não militasse, nem militarei, porque, as tendências me separam, efetivamente do PTB. Mas, o conheci de perto, sei da dignidade de caráter de Souza Naves. E sei que, ele, hoje, é uma legenda, apesar dos anos que ele nos deixou; apesar do tempo que transcorreu de sua morte até hoje, justamente neste momento histórico da Nação brasileira, em que se reformulam os partidos, em que se dá curso à abertura promovida pelo Governo Federal, na busca da redemocratização total do País, na minha opinião, Abilon de Souza Naves, continua uma legenda viva na história da política paranaense, porque ele pairou sempre acima dos partidos. A sua grandeza de caráter era tanto, a sua grandeza pessoal era tamanha, que ele não pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro, pertencia ao mundo político paranaense. Era um homem que não tinha arestas com nenhuma ala, com nenhum partido, era um homem da boa convivência, era um homem de profunda sensibilidade política, de inextinguível sensibilidade humana.

Conheci esse cidadão, convivi com ele, embora em partidos diferentes.

Mas, quero dar meu testemunho, nesta tarde, que Vossa Excelência presta, efetivamente, uma das maiores homenagens que o Poder Legislativo do Paraná possa prestar a um homem público.

Vossa Excelência está de parabéns, porque é exatamente neste momento que tem que se reviver a figura austera, a figura magnífica de Souza Naves, para que ele sirva de exemplo, principalmente aos jovens que estão aí afoitos, até radicalizando posições, na reformulação partidária do País. Não entendendo o gesto nobre do Presidente da República, ao propor uma caminhada para abertura total, para o reencontro com a democracia, neste País.

Estes jovens afoitos, mas é própria da juventude a afoiteza, às vezes o radicalismo, devem conhecer a história de Abilon Souza Naves, para ver que a transigência, muitas vezes, é um dos grandes caminhos a ser percorrido pelo homem público.

Vossa Excelência está de parabéns e quero que os Anais registrem este meu aparte, como uma homenagem modesta, mas sincera, que também presto ao inesquecível Abilon de Souza Naves.

O SR. ADALBERTO DAROS — Quero agradecer o aparte, o que o Deputado Líder do Governo, Erondy Silvério,

disse. Porque, conhecendo o nobre Deputado como conheço, sei que suas palavras vieram de um amigo sincero, vieram do coração.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Pelo aparte do eminente Deputado Erondy Silvério, nobre Líder da bancada da ARENA, que confessa haver convivido com Souza Naves, de nossa parte, não tivemos o prazer de conhecê-lo pessoalmente, conhecer este vulto emérito do Paraná. Mas, decorridos — se não me engano — 30 anos, 20 anos do seu passamento, a sua presença no cenário político do Paraná adquire uma consistência cada vez maior. E Vossa Excelência quando retratava as qualidades pessoais de Souza Naves ao se referir às suas últimas palavras, destacou que, ele próprio reconhecia de que não havia acumulado bens materiais na vida, e isto, Sr. Deputado, talvez seja a motivação responsável de, hoje, no Paraná, Souza Naves ser uma legenda, uma bandeira! Porque no Brasil, um homem público que passe por cargos pelos quais passou Souza Naves, Presidente da Caixa Econômica, Secretário de Estado, Diretor de Autarquias, normalmente, Sr. Deputado, tais políticos, tais pessoas são, mais tarde conhecidas, não muito por suas qualidades, mas, por acumularem riquezas materiais; e esta qualidade ímpar em Souza Naves, o seu elevado grau de honestidade, de pureza para o trato da coisa pública iria render juros que prosperam, mesmo depois de sua vida terrena ter sido extinta, e acredito que, para os seus familiares seja, este, o maior legado que poderiam ter, o legado da honestidade. E para o seu Partido, o glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, seja uma legenda que todas as agremiações políticas gostariam de envergar, porque é a legenda da decência, da honestidade e principalmente por respeito à coisa pública.

Por isto realmente me associo a Vossa Excelência nesta homenagem justa e merecida, e devo dizer mais, que me congratulo em ver, na data presente, que, muitos homens que retornam à política, ex-companheiros de Souza Naves voltam para a política, com os mesmos propósitos de prosseguir a caminhada que aquele grande paranaense trilhou neste Estado. Só não chegou a desempenhar funções mais altas neste Estado e nesta República, porque a vida não lhe permitiu, mas, se Souza Naves não chegou a ser Governador do Estado do Paraná, tenha certeza Vossa Excelência, e todos haverão de confirmar isto, que Souza Naves hoje, é uma pessoa muito mais grata, hoje está incorporado mais firmemente à História deste Estado, do que muitos Governadores. Por isto, a homenagem que Vossa Excelência presta é justa, é oportuna, é merecida.

Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Obrigado, Deputado Nilso Sguarezi, pelas palavras colocadas que ilustram o nosso pronunciamento nesta oportunidade. O Deputado Gabriel Manoel tem o aparte.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Daros, nós estamos satisfeitos ao ver Vossa Excelência, neste instante, homenageando uma das figuras paranaenses que muito deixou de bom, um exemplo de que é bom ser bom. Souza Naves, nós que convivemos no Partido Trabalhista Brasileiro, como Prefeito, na época em que Naves, no apogeu da sua vida, no apogeu da sua meta política que era o bem-estar do Paraná.

Neste instante, ao ver Vossa Excelência, com esta juventude, como tivemos também a satisfação de, nesta tribuna, vermos o Deputado Domício Scaramella, a fazer apologia deste homem que muito fez pelo Paraná.

Está Vossa Excelência de parabéns. Nós que militamos no Partido Trabalhista Brasileiro com o seu honrado pai, tivemos a satisfação de conhecer principalmente a seriedade dos tratos da coisa pública, em que Souza Naves sempre teve como seu objetivo comum, de olhar por sua gente.

Meus parabéns a Vossa Excelência e meus parabéns aos companheiros de Vossa Excelência que empunham a bandeira

do Partido Trabalhista Brasileiro com o legado de Souza Naves, que, se Deus quiser, há de ter um futuro brilhante.

Meus parabéns sinceros, sinceros e de coração a Vossa Excelência e aos seus companheiros e que Naves, lá nas alturas, esteja neste instante abençoando os seus companheiros leais que estão empunhando a sua bandeira, que é a bandeira da verdade, a bandeira do pobre, a bandeira do homem de mão calosa e de consciência tranqüila.

Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço o aparte do Deputado Gabriel Manoel pelas palavras brilhantes incluída no nosso pronunciamento de hoje, mesmo porque Vossa Excelência participou do PTB e conheceu, melhor do que eu, a figura brilhante do ex-Senador Souza Naves.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Daros, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz hoje, prestando uma homenagem ao grande homem público que o Paraná perdeu há 20 anos atrás. Pelas mãos de Souza Naves, eu também ingressei no PTB em 57. No meu município, tive a oportunidade de dar a vitória ao Partido Trabalhista, como Câmara Municipal de Vereadores e exerci o mandato de quatro anos como Vereador, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, e se ingressei neste Partido foi pelo trabalho, pela dedicação que nós vimos no grande homem público que foi Souza Naves e não pude, na época, recusar o seu convite e tive a felicidade de participar com ele, numa agremiação política.

Cumprimento Vossa Excelência, por esta homenagem justa que presta nesta data ao ex-Senador Souza Naves.

O SR. ADALBERTO DAROS — Deputado Gilberto Carvalho, o seu aparte muito nos honra no dia de hoje em que homenageamos o ex-Senador Souza Naves, pelo 20.º aniversário de passamento daquela ilustre figura.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, após ouvirmos diversos Senhores Deputados, trazendo a esta Casa, o seu voto de fé à memória daquele ilustre paranaense, e no final de homenagem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito mais que as palavras do companheiro e do amigo que ainda jovem teve o privilégio de gozar de sua amizade, no convívio de nossa família, gostaria, meus nobres Deputados, de incorporar a este meu pronunciamento, alguns trechos de uma opinião, não de um seu correligionário político, de um seu seguidor, mas pelo contrário, de um homem de outras concepções filosóficas e até adversárias.

Sr. Presidente, para não cansar os Srs. Deputados, disse que gostaria de incorporar a este meu pronunciamento alguns trechos de uma reportagem escrita pelo jornalista David Nasser. Todavia, Sr. Presidente, acredito que a maioria da Casa conhece de que forma o jornalista David Nasser colocou o ilustre Senador Abilon de Souza Naves, em sua reportagem inserida na revista "O Cruzeiro", de 16 de janeiro de 1960.

Assim, Sr. Presidente, gostaria que esta reportagem escrita pelo ilustre jornalista David Nasser fosse transcrita nos Anais da Assembléia e incorporada ao pronunciamento que hoje aqui faço, bem como Sr. Presidente, como Vereador que fui, é importante que se coloque de ilustres cidadãos que hoje ocupam cargos de relevo nesta cidade, que se coloquem destes cidadãos alguns pronunciamentos a respeito do ilustre líder trabalhista, Abilon Souza Naves.

Assim, Sr. Presidente, gostaria de reler algumas opiniões prolatadas em Sessão Solene da Câmara Municipal de Curitiba, do dia 12 de dezembro de 1973. O nobre e brilhante Vereador João Alberto Baptista Gnoato, com quem tive o prazer de privar, quando Vereador nesta cidade.

(Lê): "Se Abilon de Souza Naves pudesse ter enfrentado a campanha para Governador do Paraná, eis que a morte o colheu, antes desse evento, certamente a História do Paraná teria tomado outro rumo. Líder incontestado, homem cuja forma-

mação espiritualista causava-me entusiasmo, embora na ocasião nós pertencêssemos ao Partido Social Democrático, nós víamos em Abilon de Souza Naves um "condottiere" daqueles que marcam época, "condottiere" espiritualista e anti-extremista porque era um discípulo de Alberto Pasqualini. E, de certa feita afirmei desta Casa, que se Alberto Pasqualini, Salgado Filho, sem mencionar outros, houvessem exercido altas funções na cúpula do Governo Federal, não teria havido a Revolução de 1964".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, além da opinião desse ilustre parlamentar da nossa cidade, na época líder da Aliança Renovadora Nacional, poderia citar outros pronunciamentos feitos naquela oportunidade em que se homenageava Abilon de Souza Naves.

Todavia, pela exigüidade do tempo, deixo de reter tais homenagens que se encontram em minhas mãos. Todavia gostaria, de ao encerrar este nosso pronunciamento, e para tal, antes de as luzes se apagarem, antes de que tenhamos oficialmente a sanção da Lei que o Congresso Nacional votou, que extingüem os atuais partidos e que vão dar oportunidades a que se criem novos partidos neste Estado e em nossa Pátria, devo dizer aos Senhores que a partir desta data, juntamente com o Deputado Domício Scaramella, passo a pertencer, desde já, ao Bloco Trabalhista nesta Casa, ao Bloco Trabalhista que, tenho certeza, que com o trabalho dos paranaenses que haverão de entrar neste Bloco, haveremos de, no Estado do Paraná, constituir o que poderemos chamar de futuro Partido Trabalhista Brasileiro.

O Sr. Palácios — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, em seu brilhante pronunciamento, rendendo uma homenagem das mais justas a Souza Naves, ex-Senador do Estado do Paraná, eu relembrei alguns fatos e não poderia permanecer calado, por uma questão de justiça, que na época, infelizmente ele faleceu. Nós éramos Presidente da União Paranaense dos Estudantes e, naquele órgão, sempre recebemos o maior apoio deste ilustre paranaense, não só no que tangia o terreno material, tão necessário àquela entidade para assistência ao estudante menos favorecido, mas também sempre foi aquele que deixava e deixou grandes exemplos à mocidade. À mocidade que eu acompanhava e à mocidade que às vezes até discordava dele; mas que não deixava de admirá-lo.

Éramos seu aluno particular e tentamos, fizemos dentro das nossas condições, as homenagens necessárias na época. Por isto, decorridos vinte anos, sabemos que esta homenagem que Vossa Excelência presta é das mais justas e, naturalmente, tem o apoio de todos os membros desta Casa.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Deputado Palácios, é com prazer que escuto Vossa Excelência que abrilhanta, desta forma, a colocação feita por nós, no que diz respeito a esta homenagem prestada hoje...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Adalberto Daros, Vossa Excelência traz ao conhecimento da Casa, a disposição de Vossa Excelência, juntamente com o nobre Deputado Domício Scaramella, de passarem a integrar o Bloco Trabalhista, embrião do futuro Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa.

Devo dizer a Vossa Excelência que, efetivamente, aos homens públicos cabe a tarefa de assumirem e se determinarem na sua conduta pública, conforme a sua ideologia aconselha a que cada um assumam as condições num quadro multi-partidário. Eu só devo dizer a Vossa Excelência e também ao nobre Deputado Domício Scaramella que para nós, que talvez sigamos no sucedâneo do MDB, foi com muita honra, com muita satisfação, com muito orgulho, que lutamos tendo a presença, a solidariedade e a constância da luta que Vossas Excelências empreenderam ao nosso lado.

Ao estarem como ex-Trabalhistas, como futuros Trabalhistas na legenda do MDB, só engrandeceram, só enalteceram. Espero, nobres Deputados, que no futuro, aliados seremos na continuidade desta luta que estes 15 anos em que juntos estivemos, não tivemos o tempo suficiente para destruir o sistema arbitrário que se instalou e a ditadura implantou na nossa Nação.

Queira Deus que, como aliados, no futuro, possamos ter o mesmo relacionamento que até hoje tivemos.

Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Caro Deputado Nilso Sguarezi, companheiro de tantas agruras, de tantas lutas, só tenho a dizer a Vossa Excelência, acho que falando também em nome do Deputado Domício Scaramella, que, se optamos pelo futuro PTB, é exatamente meu caro Deputado, para que prossigamos nesta caminhada, que se faz há 15 anos, quando se colocou sempre, quando tivemos a voz para falar, se colocou e se cumpriu um programa partidário.

Brigou-se contra a ditadura, brigou-se contra as injustiças. Sempre quando pudemos, contestamos, e não é por ingressar agora, no Bloco Trabalhista; e não é porque vamos constituir o Partido Trabalhista Brasileiro neste Estado e nesta Pátria, é que vamos deixar de continuar a repetir e a brigar todo dia, toda hora e todo instante, por esta luta, por esta longa caminhada de 15 anos.

Tenha certeza Vossa Excelência, e os meus companheiros, que a nossa briga será brigada junto, porque eu tenho certeza, PTB e PMDB, nesta Casa, vão trilhar contra aqueles que ficam abaixo do tacão do Poder; contra aqueles que desrespeitam a pessoa humana, com exceção, evidentemente...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que Vossa Excelência passa a falar, agora, no horário reservado ao MDB, a partir deste instante.

O SR. ADALBERTO DAROS — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Devo encerrar dizendo que a nossa luta, a nossa briga valeu a pena. Tanto é fato que valeu a pena, que o Governo, hoje, de uma forma ou de outra, reconhece a briga da Oposição.

Acredito que os companheiros que ficam no sucedâneo do MDB, bem como aqueles que venham a ingressar no Bloco Trabalhista, continuarão nesta Casa, juntos, para que possamos chegar, enfim, ao término da luta, quando este Estado e este País, possam viver livre e corretamente. — (Sem revisão do orador).

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem). O tempo restante será ocupado pelo nobre Deputado Nilton Friedrich.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere o tempo restante, por dez minutos, e concede a palavra ao nobre Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso objetivo é encaminhar um requerimento solicitando a Sua Excelência o Senhor Ministro da Agricultura, a imediata revogação da Portaria 190, que impede e cria sérios obstáculos aos laboratórios brasileiros de produzirem a vacina Cristal Violeta.

Sr. Presidente, nós, neste instante, queremos nos incorporar àqueles brasileiros que estão, há meses, denunciando essa absurda e entreguista posição do Ministério da Agricultura, situação esta denunciada, em especial, na Câmara Federal, pelo Deputado paranaense Nivaldo Kruger, Presidente da Comissão de Agricultura. Nós também já recebemos solicitação de suinocultores de nossa região, uma vez que, já tivemos, em tempo pretérito, a presença da peste suína em nosso País, em nossa região. Até certo ponto, peste mais criada que existente, mas, para todos os efeitos, cabe, aqui, levantar o velho adágio que "é preferível prevenir que remediar".

Ora, Sr. Presidente, a Portaria 190/77, uma das últimas medidas do então Ministro da Agricultura, já que estava no

ocaso do mandato de seu cargo, impedia, à indústria nacional, a fabricação da vacina Cristal Violeta, produzida com "know-how", com tecnologia e pesquisa nativas, levou a falta do produto no mercado brasileiro, bem como a desproteção ao nosso rebanho suíno.

O Brasil está importando o mesmo produto, colocado no mercado, praticamente ao dobro do preço anterior. A vacina que importamos é a de vírus vivo, fabricada na França, e não é das mais apropriadas para os nossos interesses. Além do preço, pois o vírus importado chega a atingir Cr\$ 12,00 a unidade, enquanto que a vacina Cristal Violeta, produzida pelo Brasil, alcançava o valor de Cr\$ 6,00.

Além, como dizia, do preço, exige a vírus vivo, fabricada na França, baixa temperatura, ao passo que a Cristal Violeta assim não exige, porque era fabricada no Brasil e adequada à nossa realidade e ao clima tropical.

Somente justifica-se tal Portaria pela invasão tecnocrática em todos os órgãos governamentais, pois é inadmissível que se impeça a fabricação de uma vacina, aqui no País, para, ao mesmo tempo, se permitir a sua importação por preço superior e inadequada às necessidades de nossa pecuária.

A revogação da Portaria 190/77, é necessária, o mais rápido possível, pois não podemos entender tal determinação, principalmente porque há promessa de revogá-la. Mas, ela continua a facilitar o setor entregue aos interesses multinacionais.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se tínhamos, aqui no País, condições, como ainda temos, de produzir em quantidade suficiente a nossa demanda, a vacina Cristal-Violeta de proteção ao rebanho suíno, é inadmissível que o Governo, através de uma Portaria, venha a impedir esta fabricação, facilitando a aquisição pela importação do vírus vivo fabricado na França, exatamente pelo preço cinquenta vezes mais, até cem vezes mais do que aqui é produzido. É lógico, não há dúvida, de que, dentro do Ministério, quando surgem Portarias desta espécie, há traidores do País, que são mantidos e estimulados com o objetivo único de proteger o interesse estrangeiro, contra os superiores interesses do nosso País.

Por esta razão fizemos este requerimento, com o objetivo de levar ao Ministério da Agricultura, mais uma voz se incorporando àquelas de associação de classe da própria Federação, e, principalmente de brasileiros como o Deputado Nivaldo Kruger, Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Alta. E nós, que representamos uma região que produz e tem um dos melhores rebanhos suínos do País, produzindo tanto para o mercado interno quanto para a exportação, queremos, pois, nos integrar àquelas vozes que reclamam contra esta Portaria 190/77, para que ela seja imediatamente revogada.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos este requerimento, e, viemos a esta tribuna, para denunciar não tanto o objetivo do requerimento em si, mas para que de uma vez por todas possamos nos aperceber do que se passa nos bastidores e nas ante-salas dos nossos Ministérios onde se chega ao cúmulo de se colocar em prática uma determinação normativa, uma Portaria que impede aos laboratórios brasileiros, de produzirem uma vacina, com "know-how", tecnologia e pesquisa próprias, favorecendo os interesses multinacionais, para a sua importação.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Nobre Deputado, Vossa Excelência ao apresentar este requerimento, faz a denúncia mais do que necessária.

Quando esta Nação inteira ficou traumatizada com as denúncias da existência da peste suína africana, muitos se indagavam e vários técnicos brasileiros afirmavam não existir efetivamente, a tão propalada, tão comentada febre suína africana.

Nobre Deputado, passou o tempo e, no último dia, que essa Portaria foi assinada no último dia da gestão do Sr. Alisson Paulinelli, exatamente no último dia é que se percebeu

que toda a campanha da peste suína africana nada mais foi do que uma jogada do capital estrangeiro, para justificar esta Portaria que, na prática impede, proíbe, fica um obstáculo intransponível para que os laboratórios nacionais possam produzir a vacina Cristal Violeta, e tenhamos que depender como estamos dependendo agora, da importação da vacina, sob outro processo de vírus vivo. Por isto, Sr. Deputado, me congratulo com Vossa Excelência que traz mais uma denúncia de um ex-Ministro, que favoreceu, aberta e descaradamente, o capital estrangeiro. Se ontem nesta Casa um Deputado me aparteava, para que eu não acreditasse nas palavras de Mário Henrique Simonsen, hoje agente de uma multinacional, com mais razão, Sr. Deputado, não se deve acreditar no ex-Ministro da Agricultura que, no último dia da sugestão elaborou uma Portaria para impedir a indústria nacional de produzir a vacina cristal-violeta, facilitando e abrindo a importação, para apenas dois laboratórios.

Congratulo-me com Vossa Excelência, porque tem sido Vossa Excelência uma voz intransigente e defensora dos interesses nacionais.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, nobre Deputado, e, que venha efetivamente testemunhar esta triste realidade — maus brasileiros têm loteado este País, com objetivos escusos, trazendo toda uma insegurança que é ora manifestada sobre o território nacional, ora sobre as próprias leis, como no caso específico desta Portaria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, são mais de 40 milhões de cabeças que possui o rebanho suíno brasileiro e nós ficamos à mercê de normas como essa, elaborada ao final de um Ministério, no último dia de atuação do então Ministro Alisson Paulinelli, é o atestado, por mais duro, que vem desnudar a triste realidade. Estamos sendo conduzidos, controlados, manipulados e inclusive dirigidos pelos interesses que estão em sedes a onze mil quilômetros deste País.

Este impedimento, efetivado sobre a produção da vacina cristal-violeta, efetivamente, tem todas as características, não só de anti-patriotismo, mas de um verdadeiro crime contra a produção e riqueza nacional, por certo, contra todos os brasileiros.

Por esta razão, contamos com o apoio de todos os Senhores Deputados desta Casa e para que haja o efeito multiplicador desta denúncia, que os nossos sindicatos, que as associações de criadores de suínos do Paraná, que a própria Federação, que todos aqueles que não estão comprometidos com os interesses alienígenas possam levantar suas vozes e fazer desta tribuna, desta Assembléia, das Câmaras, das Associações, das Cooperativas, efetivamente, uma tribuna contínua de denúncias contra o entreguismo, contra a pretensão multinacionalista e principalmente, anti-brasileira.

Agradeço, Sr. Presidente, Senhores Deputados, o apoio que vieram a dar a esta proposição, encaminhando este requerimento ao Ministério da Agricultura, para que possamos dar um "basta" ao mando e conclamando, além do nosso protesto, que se revogue, de imediato, esta triste e famigerada Portaria 190/77.

Obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

Consulta à Liderança da ARENA, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — **(Declina).**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordêiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passamos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 138/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 144/79), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, através de sua Secretaria de Assuntos Culturais, objetivando a melhoria técnica de funcionamento da Rádio Estadual do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 139/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 146/79), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Piraquara, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação em obras que objetivam o desenvolvimento do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 140/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 140/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Diamante do Norte, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 141/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 139/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Esperança, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate à erosão, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 142/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 132/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Colorado, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 143/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 127/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santo Antônio do Caiuá, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 144/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 124/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araruna, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de

Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 145/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 109/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Quêrência do Norte, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 146/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 97/79), que aprova Termo de Alteração Parcial ao Convênio n.º 12/76, celebrado entre o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Estado do Interior e a Superintendência de Controle da Erosão no Paraná, cujos objetivos especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 147/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 150/79), que aprova Convênio de Cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Londrina, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 148/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 149/79), que aprova Convênio de cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de órgãos que especifica e o Município de Londrina, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 149/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 148/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Itaguajé, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 150/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 147/79), que aprova Termo de Renovação do Convênio FNDU 37/38 celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Município de Foz do Iguaçu, com a intervenção de órgãos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 151/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 145/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Projeto Rondon, objetivando a mútua colaboração no desenvolvimen-

to de programas de interesse do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 152/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 153/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Uniflor, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 153/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 154/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Inês, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 154/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 155/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Arapongas, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 155/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 158/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Tapejara, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 156/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 160/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Atalaia, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 157/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 161/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Guaiacá, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 158/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 162/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Porto

Rico, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 159/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 163/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Olímpia, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 160/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 164/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Floraí, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 161/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 165/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Carlos do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 162/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 166/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Jorge do Ivaí, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 163/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 175/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São José dos Pinhais, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 164/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 156/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Xambê, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 165/79, de

autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 157/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Terra Roxa, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido Município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 166/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 159/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cruzeiro do Sul, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 167/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 167/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Goioerê, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 168/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 168/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Centenário do Sul, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 169/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 169/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Astorga, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 170/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 171/79) que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, e o Município de Centenário do Sul, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 171/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 172/79), que aprova Termo de Renovação do Convênio FNDU n.º 39/78, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e Municípios nominados, que com a intervenção de órgãos que especifica, objetiva a realização de obras públicas nos municípios a que se refere. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 172/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 173/79), que aprova Termo de Renovação do Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o Município de Curitiba, que com a intervenção de órgãos que especifica, objetiva a execução de projetos, obras e serviços urbanos na região Metropolitana de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 173/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 174/79), que aprova Termo Adicional ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Campo Largo, que com a intervenção e participação de órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 174/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 178/79), que aprova Termo de Renovação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Guaraci, que com a intervenção de órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e visa melhorias no setor da Habitação e Urbanismo do Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 175/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 179/79), que aprova Termo Aditivo n.º 1, ao Convênio n.º 24/78, celebrado entre o Governo do Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - CODESUL, que com a intervenção de órgãos que especifica, objetiva proporcionar estudo Sub-Regional do Oeste do Paraná, na área de influência da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 176/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 177/79), que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Araucária, Colombo, Piraquara e Quatro Barras, para fins que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guerino Parisoto, ocorrido na cidade de Bituruna. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa registra, com satisfação, a presença neste Plenário dos Srs. Deputados Federais Maurício Fruet e Álvaro Dias. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da carta de autoria do Sr. Moysés Lupion. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. — (A Carta acha-se publicada no final desta ata).

constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 27.º aniversário de emancipação política do Município de Francisco Beltrão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos projetos de resolução. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Companhia de Processamento de Dados do Paraná, pelo transcurso do seu 15.º aniversário de fundação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a instalação da Rede de Abastecimento de Água no Distrito de Santa Rita, do Oeste, Município de Terra Roxa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, visando a construção de módulos esportivos no Município de Terra Roxa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um monocal telefônico na localidade denominada Vila Guarani, Município de Terra Roxa. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que seja revogada a Portaria número 190, que impede os laboratórios de produzirem a Vacina Cristal Violeta, preventiva da peste suína no País. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto pelas desagradáveis manifestações de que foi alvo, em Florianópolis, o Sr. Presidente da República. — **Aprovado.**

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Solicito a Vossa Excelência, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Presidência defere. Será procedida a verificação de votação.

11 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175 e 76/79.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151 e 152/79.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para a próxima sexta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151 e 152/79.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DE AUTORIA DO SR. DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO. NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 1979

"Nobre patricio:

Nas contingências atuais, sinto-me no indeclinável dever de oferecer a alguns Amigos ou ex-Correligionários, e também ao Líderes políticos, rápidas explicações a respeito de acontecimentos em que procurem envolver-me, com o propósito único de denegrir-me a honra, atirando-me impiedosamente à execração pública.

Os brasileiros, de maneira geral, e os que militam na vida pública, estão lembrados do fenômeno Jânio Quadros, nas eleições presidenciais de 1960, quando esse político obteve uma votação jamais alcançada por outro qualquer candidato à Presidência da República. Desse fenômeno, aproveitaram-se alguns candidatos da oposição aos governos estaduais, formando "dobradinhas", com aquela promissora candidatura. No caso específico do Paraná, o candidato a Governador chegou a ser eleito...

Assumindo a chefia do Executivo paranaense, adversário político meu, passei a sofrer, não só na imprensa local como de jornais, rádios, TVs e revistas, das duas maiores cidades brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro), uma das mais impiedosas campanhas difamatórias jamais feitas neste País, com o fito exclusivo e maldoso de atingir a qualquer preço minha reputação de homem público (talvez me julgasse "pedra de tropeço" que era indispensável afastar do seu caminho...). Enquanto, por outro lado, órgãos administrativos do meu Estado eram induzidos no sentido de maquinarem e apresentar provas concretas a deslizes que proventura tivessem sido por mim cometidos durante as duas gestões em que fui investido - pelo voto soberano do povo - no cargo de Governador do meu Estado (1947/1951 e 1956/1961).

A verdade é que, na ânsia de promoverem minha completa desmoralização junto à respeitável opinião pública - não só no âmbito estadual senão também na esfera federal - impetrarem contra mim várias ações penais, as quais, por FALTA DE JUSTA CAUSA, as egrégias Câmaras Criminais Reunidas, do colendo Tribunal de Justiça do Paraná, à UNANIMIDADE, concederam a ORDEM DE "HABEAS-CORPUS" por mim requerida, cuja decisão, com TRÂNSITO EM JULGADO, determinou o trancamento das mesmas ações criminais, em face do que já havia decidido o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Agora, com a sanção da LEI DA ANISTIA, alguns jornais do País, movidos por interesses escusos ou acionados, ainda, por obstinados adversários meus - que continuam ocupando cargos públicos de repor aquela lei da anistia. Isso não corresponde à verdade dos fatos. É diferente essa verdade:

Tive meus direitos políticos cassados por dez anos, juntamente com alguns outros ex-Governadores (ex-Presidentes da República, ex-Senadores, ex-Deputados, ex-Prefeitos, ex-Membros das Forças Armadas, ex-políticos, etc), já que meu nome foi incluído no roldão e constou do primeiro Ato de cassação baixado pela Junta Revolucionária, ou seja, em 09 de abril de 1964, data da publicação no D.O.U. De conseguinte, em igual data de 1974, os tive parcialmente restaurados simplesmente por decorrência do tempo e, de modo completo, integralmente, com a revogação do ARTIGO 185 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Destarte, a anistia sancionada pelo Sr. Presidente da República, em nada me beneficiou.

Os decretos de cassação de direitos políticos citados, não mencionaram o motivo determinante da cassação. Assim bem de ver é que aos atingidos por tais cassações não tinham oportunidade de defesa, sendo certo que nenhum processo regular fora instaurado.

No entanto, o trancamento decidido UNANIMEMENTE

pelo PODER JUDICIÁRIO, relativamente às ações criminais contra mim movidas, é o meu testemunho, e foi o justo coroamento da grande luta a que fui levado engajar por longo tempo contra aqueles que tudo fizeram com o único intuito de aniquilar-me publicamente.

Tomo a liberdade - que o preclaro líder haverá por perdoar-me - de fazer-lhe este relato, que se me impunha, enviando-o com o incluso documento, dada a consideração, o respeito e a admiração que tenho para com o ilustrado patricio.

Abraça-o atenciosa e cordialmente”.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS,
FOI REQUERIDA PELO SR. DEPUTADO
ADALBERTO DARCI

“UMA BONECA”

David Nasser

No meu caderno de notas, encontro uma referência ao último Natal: uma boneca para Beatriz. Beatriz é uma menina de oito anos, filha de um velho amigo meu, morto este ano. Chamava-se o pai de Beatriz, Abilon de Souza Naves e era político, mas sobretudo homem de bem. Lidava com bilhões, e morreu pobre. Conseguiu, o pai de Beatriz, manter-se incólume apesar do tempo que esteve na presidência do IPASE e em outros cargos importantes, onde o dinheiro corria igual a um rio, sempre para o mar. Naquele instituto de previdência, Souza Naves resgatou débitos que se elevaram a mais de um bilhão de cruzeiros. Numa das carteiras mais difíceis e cobichadas do Banco do Brasil, a que lida com a agricultura e a pecuária, passou também intacto.

Pobre como nasceu, Souza Naves morreu. Deixou para a família um montepio de oito mil cruzeiros, e uma casa no Paraná, comprada a prestações. Muita gente ao saber, depois de sua morte, que era pobre de verdade, começou a dizer que Souza Naves não devia ser muito certo do juízo. Então, um homem que ocupa no Brasil esses lugares-chave morre assim, sem fortuna, tal qual iniciara a vida política há dez ou quinze anos? Houve alguém que me disse não passar essa honestidade de uma espécie de traição à família. — “Não é preciso roubar para ficar bem. Basta apenas, trabalhar com a cabeça”.

Souza Naves, seu pai, Beatriz, não trabalhou com a cabeça. Quando lhe diziam que era preciso deixar tantas suscetibilidades de lado e sem ser desonesto, sem trair a consciência, garantir o futuro das meninas, assegurando, em alguma empresa sólida, uma companhia de seguros, por exemplo, que necessitasse de figuras de prestígio, ou um banco que tivesse precisão de um testa-de-ferro, Souza Naves abanava a cabeça. Não era do seu feitio. Tinha horror aos algarismos. Mas, de que a sua prole vai viver, se você lhe faltar, Souza Naves? Ele citava um trecho bíblico, aprendido no sertão ou ao tempo em que era vendedor praticista: “Olhai os lírios do campo, que não tecem nem fiam, mas que nem Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como a um deles.” Falava da natureza. A Natureza, a seu ver, tomava conta de tudo. Veja, dizia ele, os pardais. Os filhotes se alimentam sozinhos, e ninguém vê pardal morto na estrada”.

Souza Naves tinha um coração doente. Parece que era mal hereditário, o pai e quatro irmãos haviam morrido das coronárias. Não tardaria muito a chegar a sua vez. Ficaria bonito dizer aqui que Souza Naves não temia a morte. Temia, sim. Sua vida era agradável, sua esposa, um encanto de mulher, suas filhas, entre as quais Beatriz, outros encantos. A política o fascinava. Era ele hábil estrategista das massas, embora não fosse um gênio. Se procurássemos uma qualidade excepcional, não a encontraríamos em Souza Naves, porém, a média de suas qualidades era tão bem dosada, que se tornara um homem excepcional. Suas atitudes não levavam a preocupação da originalidade. No entanto, eram atitudes inteligentes. Ninguém se esquece de como preparou o lançamento de Jânio Quadros

pelo Partido Trabalhista. Sabe Deus como deve ter sido magnífico o duelo político daqueles dois homens de inteligências e métodos diversos. Em Souza Naves, o equilíbrio e a rotina. Em Jânio, o inusitado e a aventura. Em Souza Naves, a linha reta. Em Jânio, o vô sinuoso. Um e outro eram, contudo, duas forças mentais apreciáveis. Uma, postada no andar térreo, ao nível da rua, ao rés do chão, em contato com a realidade, amoldada às regras. Outra, nos altos e baixos de uma vida política, toda ela feita de êxitos fulminantes, era a vitória contra o hábito. Não se sabe como se aproximaram nem como se compreenderam, em que linguagem falavam. Apenas que se fizeram amigos e iam cumprir juntos a próxima etapa, quando a morte colheu um deles. Precisamente, Souza Naves.

Dizem que Jânio Quadros não tem amigos definitivos, mas interesses definitivos. Diziam que largaria Souza Naves no meio da estrada, como dizem ter abandonado uma porção de amigos depois da vitória. Não sei de nenhum caso. De minha parte, nunca acreditei que Jânio fizesse isso, mesmo porque seria politicamente um erro. A eleição de Souza Naves ao governo do Paraná seria uma nomeação, uma passeata, um “referendum” popular. Para ter em suas mãos a província do futuro, Jânio precisava do apoio de Souza Naves, enquanto ele, Jânio, estivesse no Governo. Souza Naves conhecia a força de que dispunha e preparava despreocupadamente o maior governo que depois de Manoel Ribas, o Paraná iria conhecer. Isso, se o seu baqueado coração permitisse.

Tal não pôde ser. O coração de Souza Naves deu o prego antes do Natal, antes das eleições, antes do passeio. Certa vez, alguém lhe disse que o Barros de Carvalho se submetera, na Alemanha, a uma limpeza dos vasos. Tratava-se de um novo método, eficiente, capaz de prolongar a vida dos enfermos do miocárdio. “Ah, se eu pudesse ir lá. Haveria um jeito?”. Espiei bem a frase do mineiro padronizado, um jeito? “Ora, Souza Naves - disse-lhe - todo mês vai uma comissão do Senado a alguma parte. Entre numa que vá à Alemanha”. Souza Naves abanou a cabeça. Desse jeito, não queria. Não foi. Veio a crise e morreu. Teria sobrevivido, se tivesse feito a viagem? Não entendo de coronárias, mas entre a vida e a morte, é sempre melhor tentar o duvidoso. E ele tinha horror ao duvidoso.

Muitas vezes, aquela honestidade, me parecia exibição. Vai ver, pensava este repórter arguto (que não passava, já o vereis, de um grande imbecil), vai ver que depois da morte, o pé-de-meia aparece. Não apareceu pé-de-meia algum. O apartamento de Souza Naves, em Copacabana, era alugado. A viúva e as filhas sabem que a pensão do Estado não chega para o aluguel, e vão transferir a residência para Curitiba, onde o finado deixou uma casa, agora resgatada pelo seguro de carência.

Durante algum tempo, velho Souza Naves, alguém falará em seu nome. Todos se espantarão durante algum tempo, com a história do político que tinha horror à negociata. Haverá mesmo, quem lamente não tenha sido embalsamado e exposto num sarcófago de vidro, o brasileiro que transitou em tantos postos da vida pública - e conseguiu morrer pobre.

Permita, minha pequena Beatriz, relatar-lhe um episódio que doutra maneira jamais viria a público. Seu pai, apesar de trabalhista, era meu amigo, passeava a meu lado, dias antes do outro Natal, pela Rua Sete de Setembro, quando seus olhos caíram sobre uma boneca na vitrina. Parou alguns minutos. Era uma boneca loura, de olhos azuis. Dizia papai, mamãe, e andava, segurada pelo braço. Souza Naves entrou, perguntou o preço e saiu sem comprar a boneca. “A Beatriz gostaria”, comentou, “mas é cara demais”. A eleição havia arrazado com a sua parca economia. De minha parte, nem pensei em comprá-la. Sabia como ele ficaria. Creio mesmo que teria cortado relações com o velho amigo. Imaginava o Souza Naves um aeroporto qualquer, em Cafeara ou em Maringá, abrindo os braços, nervoso e ríspido, a perguntar-me se eu queria suborná-lo com uma boneca de olhos azuis.

Aquele Natal passou e, antes de outro chegar, perdemos o Souza Naves, num fim de semana no Paraná, onde ia quatro vezes por mês. Aquilo que ele esperava, o miocárdio, aconteceu numa reunião política. O povo inteiro o acompanhou, chorando pelas ruas, através de dois quilômetros. Não havia automóvel que chegasse. Os cafeicultores, para cuja reabilitação econômica havia imaginado e obtido uma lei de dilatação do prazo de pagamento da dívida para oito anos, vinham trazer ao amigo morto, o único presente que ele não poderia recusar: frases de adeus, coroas de flores e muitas lágrimas - "Me lembro quando ele chegou aqui, vindo de Minas" - dizia um jacu de Sertãoópolis. Tinha ganho a metade da sorte grande na loteria, antes de 1930. Eram uns quarenta contos, porque a outra metade, o Souza Naves deu ao bilheteiro que lhe vendeu o prêmio. No trabalho, em jornal, foi vendedor na praça, mas nunca teve jeito para ganhar dinheiro. A política era sua vocação, e nela fez carreira. Sempre de bolso vazio. Eram os amigos quem custeavam a sua propaganda, contra a sua vontade. Souza Naves achava que tudo isso era bobagem. "Os eleitores me conhecem; votam ou não votam em mim. Cartazes, berreiro de alto-falantes, nada disso adianta, não fazem mudar a direção do voto".

Parece que tinha razão, concluía o jacu, porque Naves sempre ganhava as eleições. Não só ele, mas todos aqueles que ele apoiava. Veja o caso de Iberê de Matos. Veio aqui como visita. Todo mundo viu que era homem direito, Souza Naves o apoiou para a Prefeitura de Curitiba - e agora faz uma excelente administração - É bom o Iberê, mas, como o Souza Naves, não há.

Aconteceu, Beatriz, que me lembrei de tudo isto ao ver a anotação da boneca em meu velho caderno de notas. A palavra boneca, e logo a seguir, o seu nome, Beatriz. A princípio, não atinei com a história. Boneca? Beatriz? Para quem era a boneca? Quem era Beatriz? Logo a data me avivou a lembrança: 24 de dezembro, véspera de Natal. Lembrei-me daquela caminhada ao lado de seu pai, pela Rua Sete de Setembro, a parada em frente à vitrina, o ligeiro exame da boneca de olhos azuis (você tem olhos azuis, Beatriz?) a consulta ao preço, a saída desanimada. Se eu tivesse contado a alguém que Souza Naves, depois da eleição, à véspera do outro Natal, não possuía dinheiro para comprar uma boneca para Beatriz, ninguém acreditaria. Ele mesmo tratou de desfazer a lenda, durante um almoço: - "Para uma boneca, eu tinha. Mas minhas filhas são duas. Não é só Beatriz, não".

Suponho, meu anjo, que você tenha de fato olhos azuis. Do contrário, seu pai não teria parado aquele minuto em frente à boneca, nem dito aquela frase: - "A Beatriz iria gostar". Mas era um justo em casa, na rua e consigo mesmo. Não podia dar duas bonecas, não deu nenhuma, nem permitiria que alguém o fizesse. "E se você morrer do coração, Souza Naves? Quem vai cuidar de suas filhinhas?" E ele aí me respondeu: "Olhai para os lírios do campo, que não tecem nem fiam, mas que nem Salomão, em toda sua glória, se vestiu como a um deles". Parece-me ouvi-lo, na resposta, a falar na Natureza, que cuida de tudo, dos pardais, dos filhotes de pardais que sobrevivem ao vento e ao frio - e vejo todo esse milagre nesta boneca de olhos azuis que lhe estou mandando, Beatriz, agora que seu pai não está aqui para proibir".